ANTI CAPITALISTA

N.º 28 (SÉRIE II) – MAIO 2020

BRIGADA ESTUDANTIL P.04-05

A DEFESA DO EMPREGO NA ALTICE P.06-07

MILITÂNCIA SOLIDÁRIA COM OS SEM-ABRIGO P.12-13

A SEGUNDA VAGA, A PANDEMIA DO DESEMPREGO E DA POBREZA

Esta é uma publicação da **Rede Anticapitalista**, em que se juntam militantes do **Bloco de Esquerda** que se empenham nas lutas sociais e no ativismo de base.

ÍNDICE

3 **Editorial**
A segunda vaga da pandemia é a crise social

4 **Ativismo Estudantil**
O papel da Brigada Estudantil, Andreia Galvão

6 **Ativismo na empresa**
You don't give a shit?, Rui Moreira

8 **Ativismo contra o desemprego**
Ganhar aos patrões na batalha naval

10 **Ativismo social**
Covid19 e o apoio social a quem usa drogas, entrevista a Ricardo Fuentes

12 **Ativismo social**
A experiência solidária nos centros de abrigo em Lisboa, Mafalda Escada

14 **Debate**
Usar o Covid19 para repetir a austeridade?, Francisco Louçã

16 **Internacional**
Afastar Bolsonaro é uma questão de saúde pública, Luís Leiria

18 **Leituras em Covid19**
Livros que são lobos solitários, Ana Bárbara Pedrosa

Ficha Técnica

Conselho Editorial
Ana Bárbara Pedrosa
Andrea Peniche
Andreia Galvão
Beatriz Simões
Hugo Monteiro
Mafalda Escada
Rodrigo Rivera
Tatiana Moutinho

Design
Helena Borges

Participaram nesta edição
Ana Bárbara Pedrosa
Andreia Galvão
Catherine Boutaud (ilustrações)
Francisco Louçã
Luís Leiria
Mafalda Escada
Ricardo Fuertes
Rodrigo Rivera

Depósito Legal
441931/18

Contactos
email **redeanticapitalista@gmail.com**
facebook.com/**redeanticapitalista**
web **www.redeanticapitalista.net**

EDITORIAL

A SEGUNDA VAGA DA PANDEMIA É A CRISE SOCIAL

A pandemia demonstrou a força do Serviço Nacional de Saúde, uma das construções mais importantes da democracia do 25 de abril e, aliás, uma das disputas mais importantes dos últimos anos. Por boas razões, o Bloco defendeu a Lei Semedo-Arnaut para redefinir as bases do sistema de saúde e, no último Orçamento de Estado, bateu-se e conseguiu mudanças importantes para o SNS: mais 8500 profissionais em dois anos, reforço do investimento em equipamento, alargamento da exclusividade, um plano para a saúde mental, aumento da dotação de funcionamento. Como se verifica cada dia destes meses de pandemia, todas essas medidas salvaram vidas e salvarão muitas mais.

Mas a pandemia tem ainda dois outros efeitos reveladores. Em primeiro, lugar, demonstra a divisão europeia e a precipitação das regras e dos tratados que formataram a austeridade e que, com o euro, só conhecem uma solução no contexto de uma recessão: agravar medidas recessivas e provocar crise social. Mesmo que mascaradas com paliativos, aliás muitos deles perigosos, como os empréstimos, as medidas que têm vindo a ser prometidas seguem este guião austeritário e isso é bem percebido pelas agências de notação, que começam a sobrevoar a dívida soberana nacional e a cortar o rating, e pela finança em geral, cobrando juros crescentes apesar das promessas de proteção do BCE. Ainda a procissão vai no adro, mas a crise em Espanha e Itália, e a ameaça contra Portugal, vão-se acrescentando às dificuldades sociais desta segunda vaga da pandemia.

O segundo efeito é na vida de quem trabalha. Trinta mil novos desempregados, dizem as estatísticas, mas esses números mascaram o essencial: é que, do milhão de pessoas que está no lay off, muita gente será despedida. E, ao mesmo tempo, já dezenas de milhares de precários ou contratados a prazo, trabalhadores informais ou de profissões particularmente vulneráveis ficaram sem trabalho, foram as primeiras pessoas a ficar de fora da proteção social e das redes da atividade económica. Essa onda vai crescer.

É por isso que a recusa da austeridade não é ideológica. É uma ideia e um programa: o trabalho não pode ser sacrificado para proteger os lucros. Mas é sobretudo uma política: todas as medidas que imponham austeridade agravam e prolongam a crise económica e a crise social. São estúpidas porque conseguem o contrário do que apregoam. Mas são estratégicas, é a forma de o capital subordinar a sociedade e impor um modelo de trabalho e vida uberizada. Essa vai ser a segunda maior disputa dos próximos meses e anos, depois da proteção sanitária e do desenvolvimento do sistema público de saúde.

ATIVISMO ESTUDANTIL

O PAPEL DA BRIGADA ESTUDANTIL: ONDE ESTAMOS E PARA ONDE VAMOS?

ANDREIA GALVÃO

"Uma criança, um professor e uma caneta podem mudar o mundo",

Malala Yousafzai

Quando era pequena o meu pai pregava-me os bens da educação e como era a chave para o sucesso, especialmente de "pessoas como nós". Tendo em conta a sua história de vida, tal conceção tornou-se inevitável: cresceu em Cabo Verde pós-independência com os seus treze irmãos e irmãs. O seu pai, meu avô, sempre apelou a que estes estudassem e esforçassem, mas só conseguiu financiar a sua educação até à quinta classe. A partir desse momento, e para a vida toda, o meu pai estava sozinho na busca por conhecimento. Abandonou o conforto do seu lar aos onze anos e foi para um seminário, onde a aprendeu a disciplina eclesiástica e teve um ensino marcado pela rigidez. No meio da sua turbulência adolescente e apaixonado por uma rapariga que via na missa, abandonou este estabelecimento e foi para casa de tios, onde conheceu um ensino convencional. Aluno brilhante e exímio, foi estudar na URSS, território da atual Ucrânia, medicina. Aprendeu russo, novos estilos de vida e formas de ver o mundo, passando de um jovem rapaz cabo-verdiano para um homem do mundo.

Uma história de vida que demonstra que a educação liberta, emancipa, salva-nos das nossas próprias correntes de opressão.

A LUTA ESTUDANTIL

Paradoxal é o contexto a que nos vemos remetidas nos dias que correm. Com a maioria absoluta de Cavaco Silva, em 1992, que levou à implementação da Lei da Propina, vimos um retrocesso, do qual ainda não recuperámos, do direito a uma educação gratuita e democrática. A narrativa de mercantilização do ensino ganhou legitimidade e hoje somos nós, alunas e alunos, que colhemos os frutos. Embrenhou-se no imaginário português a ideia de que o ensino está acessível a "quem se esforça", negando assimetrias sócio-económicas. Houve interesse em gerar uma hegemonia na opinião pública pela classe dominante, de modo a justificar esta mudança de prioridade política e invisibilizar a força social que contestava esta alteração paradigmática. Passámos a aceitar a ideia de que "os estudantes estrangeiros vêm usufruir do nosso sistema", que "a educação é um serviço que deve ser pago" e "que as propinas sempre existiram assim e sempre assim serão".

É este discurso de inevitabilidade que encurrala, promotor do conformismo, que não tem em conta a capacidade de resistência do movimento estudantil, da memória de que a educação deve continuar a ser acessível a todos e a todas.

Mas se alguma coisa o meu pai me ensinou foi que as circunstâncias são dinâmicas e não têm de continuar a ser o que sempre foram. Foi por acreditar nesta visão, na democratização desta estrutura como alicerce da democracia, que me juntei ao movimento da Brigada Estudantil. Moblização esta que nasce de uma perspetiva revigoradora e fresca de luta, holística no que entende ser o perfil e as dificuldades dos e das estudantes. Partindo de um princípio transversal de interseccionalidade, reconhece a complexidade desta teia de relações, tal como a urgência de reposicionar as relações de poder no campo do ensino, reconhecendo as disparidades que este sistema suscita. Este tornou-se o tipo de tivismo estudantil que quero fazer porque apresenta uma visão que não se cinge apenas a questões materiais, mas que olha também para outras questões do foro social. Que compreende o peso da precariedade e como esta pode impedir o acesso ao ensino superior, empurrando estudantes para empregos, também, precários. Uma visão que não deixa para trás aqueles e aquelas que foram empurradas para as periferias, devido a políticas habitacionais especulativas que nos negam o acesso ao centro das cidades.

A BRIGADA ESTUDANTIL

A Brigada Estudantil, para além de olhar para a entrada no ensino superior e nos entraves colocados pelas instituições, olha também para o cruzamento das secções identitárias e reconhece que não estamos no mesmo barco. Mas remamos incansavelmente, buscando eternamente a valores maiores como a Igualdade e a Justiça.

Validar o cruzamento das questões identitárias, como a etnia, o género e a identificação sexual com as desigualdades apontadas como entrave no prosseguimento de quem estuda é urgente.

Comecei este texto com uma citação de alguém que fez parte da minha formação enquanto jovem ativista, Malala. Ainda tinha uma noção grotesca do certo, do errado, do que estava feito e o que faltava fazer. Foi uma ativista crucial porque me fez perceber, de bem cedo, que impossibilitar que pessoas estudassem era um ataque flagrante à liberdade.

Não esqueçamos, portanto, que as e os estudantes sempre foram forças progressistas. Cabe-nos a todas ser mais do que filhas dos nossos pais, mas herdeiras das lutas que nos anteciparam e passadoras da tocha das lutas que se avizinham no horizonte.

Andreia Galvão é ativista estudantil.

ATIVISMO NA EMPRESA

YOU DON'T GIVE A SHIT?

RUI MOREIRA

Muito se tem escrito, opinado e vaticinado: os efeitos do Covid-19 serão esmagadores e sem precedentes. O que aí vem será incomparável com tudo o que vivemos, dizem os especialistas, seja qual for a perspectiva. Como não sou da área dos números, evito qualquer banalidade ou lugar-comum mas o óbvio está à nossa frente: sim, vai doer. No entanto, não tem de ser trágico e sempre para os mesmos. Depois da notícia "vinda de longe" e que muitos julgavam que era "coisa" tirada de um filme de ficção científica, o comportamento passou rapidamente "do 8 ao 80": surpresa, receio, medo, pânico. E temível e terrível é o aproveitamento que se vem fazendo. Descrevo, neste texto, uma espécie de *lay-off* na Altice.

Todos sabemos que sofrendo a economia e as empresas, os trabalhadores estão na "mira de abate" (o que se está a passar com os trabalhadores precários, não vale a pena elencar porque é sobejamente conhecido, é ultrajante). Este "fenómeno", no entanto, é fruto da abertura politica que o Capitalismo tem conseguido manter com os poderes políticos instalados. Como lapas, envolvem-se e corroem o sistema, adaptando-o aos seus interesses. São comportamentos conhecidos, cíclicos e cínicos.

Vejamos: porque é que a Altice, depois de anunciar mais de 500 milhões de euros de lucro, dias antes, não "segurou" ou compensou profissionais competentes e dedicados? O que se verificou - e foi noticiado - é que várias empresas externas à Altice mas que empregam pessoas que prestam trabalho para a primeira, em regime de full-time, foram colocadas em *lay-off*. Quantas? Não se sabe ao certo porque o Ministério do Trabalho não divulga (infelizmente, é esta a informação oficial) quais são as empresas nem quantos trabalhadores abrange cada uma (há uma leitura macro dos números, não micro) mas o que veio a público permite especular sobre a ordem de grandeza desta operação, completamente desnecessária e anti-social: os tais parceiros da Altice terão visto redimensionados os seus contratos e, por verem reduzida a facturação mensal, reflectiram isso nos trabalhadores, colocando-os em *lay-off* a receber o salário cortado.

LAY OFF E CONTRATOS PÚBLICOS?

Esta situação é ainda de mais difícil compreensão porque ao consultarmos o Portal Base, que é onde se registam os contratos que são adjudicados pelo Estado, só na primeira quinzena de Abril, a Altice garantiu 25 contratos, por concurso público, por cerca de 4 milhões e 200 mil euros. Ora, se há tanto trabalho comercial a ser (bem) feito e se os recursos técnicos são (tão) necessários para garantir os serviços aos clientes, porquê isto? Sei bem o que vão dizer, porque é um argumento recorrente: "*a protecção de recursos humanos, a segurança dos postos de trabalho e o rejuvenescimento dos mesmos, sem nunca em situação alguma ter lançado mão a qualquer mecanismo que pusesse em causa a estabilidade social interna na empresa*". É verdade, sim, que a Altice não dispensou ninguém directamente nem pediu ajuda ao Estado para nenhum Programa, mas a verdade, pura e crua, é que muitos ficaram no limiar da pobreza por uma decisão que tem tanto de incompreensível (dados os lucros monstruosos) como de irresponsável (que atira muita gente para o desespero e incerteza). Recorrendo tantas vezes à expressão "família", não é tempo de deixarem de existir filhos e enteados?

Falemos, também, de comunicação, uma das armas que o Capitalismo usa para nos intoxicar: há uma tal de APCC (Associação Portuguesa de Contact Centers, cuja Altice também é uma das 92 empresas sócias, assim como todas as empresas que praticaram o *lay-off* em causa) que chegou ao ponto de publicar no seu *site* um texto de "*homenagem aos seus heróis*", destacando o "*serviço de excelência*" e insistem num "*muito obrigado a todos vós*". Adoptam um discurso misericordioso, de ir às lágrimas (de crocodilo) para praticarem exactamente o seu contrário. Mesmo que tentem pintar o céu em tons de azul, como dizia a canção, não tentem fazer-nos a todos de parvos, pelo menos ao mesmo tempo. Se acreditam mesmo na mensagem que passam porque é que insistem em manter os trabalhadores como precários e pobres? Chama-se Capitalismo, não é?

De facto, é esta a forma como se posicionam: ao mínimo desvio do seu trajecto, da estratégia que delinearam para atingir os objectivos, então aproveitam-se do sistema para conseguirem encher mais os bolsos e "devolver" o dinheiro aos accionistas, esquecendo os que estão na linha da frente. Digam o que disserem, a realidade dos dias desmonta qualquer discurso hipócrita.

O CAPITALISMO PREDADOR

E do outro lado do Atlântico chega um sinal que também cheira a esturro, como se diz vulgarmente. Foi lançado um Manifesto (***naodemita.com***) subscrito por milhares de empresários que se comprometem a não despedir durante dois meses em plena pandemia do Covid-19. O princípio é bom, claro, mas quando subscrito por grandes multinacionais devemos mesmo acreditar? Lê-se que "*o Brasil é um país de heróis: na saúde, milhares de profissionais dão o melhor de si e correm riscos para salvar vidas nos hospitais. Em outros sectores, milhões de brasileiros trabalham todos os dias para manter nossas cadeias de fornecimento intactas. Eles garantem o funcionamento das fábricas, o abastecimento e o transporte público". So what*? Vão mudar comportamentos? Vão, mesmo, compensar quem merece? Também já vimos disto por cá, certo? Temos assistido a posturas igualmente "patrióticas", correcto? Aliás, quase que posso jurar que a Jerónimo Martins (Pingo Doce) tem o mesmo discurso. Será que estão a pagar ao mesmo assessor de comunicação?

Situações inesperadas, crises nunca vistas, cenários nunca colocados, desafios nunca ultrapassados merecem respostas nunca dadas, soluções nunca pensadas, ofertas nunca equacionadas. Continuaremos a ter o velho velhaco, o capitalismo predador? Ou acham mesmo que basta criar um *hashtag* todo fofinho para " ficar tudo bem"?

Rui Moreira é membro da Comissão de Trabalhadores da MEO (Altice)

ATIVISMO CONTRA O DESEMPREGO

GANHAR AOS PATRÕES NA BATALHA NAVAL

MAFALDA ESCADA

Tendo em conta a "suspensão" da economia e antevendo o sacrifício imputado a quem trabalha, no dia 25 de março, o Bloco lançou a plataforma Despedimentos[1] com o objetivo de diagnosticar o impacto da pandemia e de mapear o abuso laboral. Já chegaram à plataforma mais de 1000 denúncias de abusos, devidamente verificados. Aos dez dias do Despedimentos, foi feito o balanço que confirma o ataque ao trabalho como estratégia de contenção de custos para salvar o lucro[2].

O ataque assentou em três eixos. Em primeiro lugar, o aproveitamento da insuficiência da legislação laboral para atacar os trabalhadores mais desprotegidos, por exemplo, despedindo em período experimental. A estratégia para a contratação de jovens e desempregados de longa duração (alargamento do período experimental para 6 meses), levada a cabo pelo Governo, converteu-se na janela de oportunidade do patronato para os despedir legalmente, sem qualquer justificação. Segundo, a infração ou o uso indevido da legislação para atacar trabalhadores com vínculos contratuais, como é o caso da obrigação de gozar férias. A marcação de férias só dispensa calendário fixo ou acordo do trabalhador no setor do turismo e nas micro-empresas. Terceiro e último, a exposição de trabalhadores a risco de contágio, em plena pandemia, como é o caso dos 1800 trabalhadores da Iberdrola que se mantêm[3] a trabalhar sem a devida segurança.

No trabalho precário, os contratos a prazo (1/5 dos trabalhadores por conta de outrém) não têm sido renovados, ou foram até cessados antes do tempo. Muitos são aqueles que não tendo trabalhado tempo suficiente, não têm agora direito a subsídio de desemprego. Nos recibos verdes, mais de 100 mil pessoas ficaram sem trabalho. Alguns terão direito a um diminuto apoio que irá apenas até aos 438€ (1 IAS), mas muitos ficam de fora: quem não tem o período de descontos necessário, ou quem está no seu ano de isenção. Não é apenas no setor privado que se dão estes abusos. Por falta de reorganização e de teletrabalho, centenas de formadores do IEFP (que sabemos desempenharem necessidades permanentes) ficaram sem rendimento. Quem trabalha (dissimuladamente) para empresas de trabalho temporário (ETT), nem um contrato sem termo certo impede a entrada no Labirinto do Minotauro, já que estão, em última instância, dependentes da empresa utilizadora (aquela para quem verdadeiramente trabalham). Mais uma vez, o negócio de "alugar trabalhadores" se prova útil apenas para encher os bolsos das ETT e das empresas que a elas recorrem. Repare-se que a Groundforce despediu os "temporários" depois de ter distribuído 11M€ em dividendos.

[1] *https://www.despedimentos.pt/*

[2] *https://www.bloco.org/media/despedimentoscovid.pdf*

[3] Pelo menos até à data de publicação do balanço da plataforma

ABUSOS CONTRA PRECÁRIOS E CONTRA CONTRATADOS SEM TERMO

No caso dos trabalhadores efetivos, mais protegidos pela lei, a chantagem tem sido uma das estratégias utilizadas para a marcação forçada de férias, mas também para a rescisão dos contratos por mútuo acordo, onde no lugar do acordo há imposição. Noutros casos, os trabalhadores depararam-se com o encerramento dos seus locais de trabalho sem qualquer aviso.

Desengane-se quem atribui estes abusos à declaração do estado de emergência. Pelo contrário, o estado de emergência criou uma obrigação para os patrões, onde antes reinava a sua "boa vontade". O teletrabalho passou a ser obrigatório para todas as funções compatíveis. Para a maior parte dos trabalhadores, apesar das dificuldades de conciliação da vida profissional e privada/doméstica, o teletrabalho é sentido como forma de se manterem a si e aos seus em segurança. Porém, o sentimento de impunidade dos empregadores, em muito devido à falta de condições e eficácia da ACT, fez com que o processo de transição para o teletrabalho tenha sido turbulento, especialmente no setor dos call-centers, onde, por exemplo, a Armatis (Porto) só começou a enviar trabalhadores para casa depois da confirmação de vários casos de covid-19. No seguimento desta "turbulência", deu-se uma greve convocada pelo Sindicato dos Call-Centers.

Sabemos que para muitos o teletrabalho é impossível. Nestes setores têm de ser garantidas todas as medidas de segurança recomendadas pelas autoridades de saúde. A impossibilidade de teletrabalho não equivale à suspensão da legislação laboral. Contudo, também aqui se denunciaram abusos: transferências unilaterais de trabalhadores para outras empresas do mesmo grupo, redefinição arbitrária de horários de trabalho, cortes salariais injustificados e anteriores ao *lay-off* (após o qual é pago 66% do salário, partilhado entre a entidade empregadora - 30% - e a Segurança Social - 70%). O relatório da plataforma relata até a obscenidade cometida pela Filstone, em Fátima, que manteve 86 pessoas a trabalhar, isolando-as das famílias num hotel durante três semanas, ao que os trabalhadores chamaram de "sequestro".

MEDIDAS CONTRA O DESEMPREGO

Consciente da probabilidade destes abusos e conhecendo a sua tradução concreta, o Bloco respondeu propondo várias medidas, entre as quais se destaca a mais urgente: a proibição dos despedimentos. Para aceder aos apoios públicos, como no *lay-off*, ou no diferimento de pagamento de impostos, as empresas teriam não só de manter os postos de trabalho, como renovar contratos já cessados a partir de 18 de maio. Pelo contrário, o Governo mostra, com a impunidade dos despedimentos, que não está verdadeiramente preocupado em proteger o emprego.

No caso dos recibos verdes, o Bloco propôs um alargamento do apoio que vá até aos 3 IAS (1316€) e que possa abranger quem está ainda isento de contribuições, mas também os sócios-gerentes, bem como a redução para metade do período de elegibilidade para este apoio. Ainda na ótica da proteção do emprego, o Bloco propôs a vinculação imediata de todos os precários do Estado que aguardam ainda decisão, no âmbito do PREVPAP. Do lado da proteção dos trabalhadores essenciais em funções de risco, propusemos um subsídio adicional de 20%; para os trabalhadores em grupos de risco e, por isso, de saúde mais vulnerável, a solução passaria pelo teletrabalho, ou, onde não fosse possível, pela dispensa do trabalho com direito à totalidade do salário.

O estado de exceção em que nos encontramos não pode significar a suspensão dos direitos do trabalho. As medidas de proteção do emprego, mesmo que insuficientes, precisam de fiscalização. Precisamos de uma ACT capaz e consequente que aja desde o primeiro momento. Por outro lado, sabemos que a luta pelo trabalho com direitos não se faz somente pela via da fiscalização, mas sim da transformação. Conhecer a realidade e a diversidade de situações e condições no mundo do trabalho, portanto, na base da estrutural social, é impriscindível para a ação política e mobilização em torno de problemas concretos que disputem a relação de forças no conflito capital-trabalho e que abram caminho para o fim da "exploração do homem pelo homem".

COVID-19 E O APOIO SOCIAL A QUEM USA DROGAS

ENTREVISTA A RICARDO FUERTES, ASSESSOR DO VEREADOR MANUEL GRILO NA CML

A pandemia tomou conta do mundo e alterou a nossa forma de vida, mesmo que temporariamente. Muitos estão em teletrabalho, outros estão a garantir funções essenciais. É este trabalho que tem feito Ricardo Fuertes, psicólogo, através do trabalho da Câmara Municipal de Lisboa junto da população em situação de sem abrigo.

Ricardo, tens muita experiência no trabalho com pessoas que usam drogas. Sabemos que a pandemia não suspendeu repentinamente o consumo de drogas. O que aconteceu a quem vive com dependências?

Algumas das pessoas já viviam numa situação muito precária e agora perderam fonte de rendimentos, formais ou informais, e habitação. Essa procura de alojamento está a ser muito visível nos novos centros criados pela CML.

Tem havido maior procura de respostas de substituição, nomeadamente metadona, o que é um sinal de maior dificuldade em manter consumos.

Podemos vir a assistir a mudanças nas substâncias utilizadas ou locais de consumo. Estas alterações podem provocar um aumento de overdoses ou outros problemas de saúde, e maior dificuldade em prestar ajuda. Começam a surgir estudos para sistematizar informação sobre o que está a acontecer. Mas neste momento o retrato da realidade não é ainda totalmente claro.

Tens trabalhado neste contexto, nos 4 centros de acolhimento que o pelouro dirigido pelo Bloco implementou. Os consumos são muito frequentes nesta população? Que tipo de consumos?

Os centros acolhem pessoas com perfis muito diferentes, em termos de idade, ou percurso de vida. Algumas pessoas já viviam em situação de sem abrigo, outras perderam agora habitação e emprego. A mesma variedade se aplica aos consumos. Há quem não consuma, outras consomem álcool, tabaco e/ou substâncias ilícitas. Desde logo quisemos que os centros fossem acolhedores para todos e todas, tendo em conta que neste contexto queremos que as pessoas não estejam na rua e reduzam o número de deslocações.

Por isso os centros tiveram de criar condições para pessoas LGBTI+, pessoas com mobilidade reduzida, casais, animais de companhia, entre outras situações. E o mesmo se aplica à questão dos consumos. Consumir álcool ou drogas não deve ser um impedimento à permanência nos centros porque não queremos deixar as pessoas sem opções.

Antes da pandemia, sabemos que existia já uma unidade móvel de consumo assistido, distribuição de metadona, troca de seringas e equipas de rua, e drug checking/apoio a consumidores em contexto de lazer. Podes nos explicar que tipo de respostas existiam e como se adaptaram para responder à pandemia?

No início todas as equipas criaram planos de contingência para poderem manter os serviços em funcionamento, reduzindo riscos para utentes e equipas. Conseguimos também entregar equipamentos de proteção individual, produtos de higiene e desinfeção e criámos algum material informativo. Logo a seguir divulgámos entre os parceiros e redes sociais os novos horários e restantes alterações, de forma a que todos estivessem a par do funcionamento da rede de serviços nesta área.

Depois, replicámos algumas destas respostas nos centros de emergência.

Estabelecemos um tratamento preventivo para grandes consumidores de álcool, trouxemos o programa de metadona para os centros, iniciámos distribuição de material de consumo (seringas e outro material), disponibilizámos o programa de consumo vigiado em dois dos espaços, e capacitámos todas as equipas para intervir com naloxona em caso de overdose por opiáceos. Estas intervenções só foram possíveis com parcerias com a Ares do Pinhal, Crescer, GAT e Médicos do Mundo, e porque contamos com o apoio do SICAD e da ARSLVT.

Estabelecemos também intervenções na área da Psiquiatria, rastreios de tuberculose e outros serviços de saúde.

A proximidade com estas pessoas deram-te alguma ideia sobre que tipo de novas respostas podem ser dadas, tanto do ponto de vista técnico como social?

A experiência COVID mostrou que é possível fazer intervenções de forma mais ágil e desburocratizada. A ser possível é de manter essa capacidade no futuro.

E quem está em casa, o que pode fazer?

No imediato os centros de emergência continuam a necessitar de donativos (roupa, roupa interior, alimentação não perecível, produtos de higiene). As associações precisam de mais apoios, necessidade que previsivelmente irá aumentar nos próximos meses. Seria útil conseguirmos dar condições às pessoas mais isoladas para comunicarem com as equipas que lhes prestam apoios (telemóveis).

ATIVISMO SOCIAL

A EXPERIÊNCIA SOLIDÁRIA NOS CENTROS DE ABRIGO DE LISBOA

MAFALDA ESCADA

A crise pandémica tem deixado a nu as desigualdades e a insuficiência da proteção social. Em muitos campos, a resposta a tem sido estruturalmente deixada entregue à boa vontade e espírito voluntário das associações e IPSS. Com o alastrar da pandemia e as orientações para o isolamento, a rede de voluntários que garantia o apoio às pessoas em situação de sem-abrigo (PSSA) na cidade de Lisboa reduziu-se drasticamente. "O Estado está a falhar na resposta a todos os problemas sociais decorrentes desta crise. Não podemos esperar pela discussão, temos de avançar com o nosso sentido de solidariedade e de responsabilidade política", afirma Patrícia Martins, ativista do Bloco e voluntária nos centros de abrigo para pessoas sem-abrigo, em Lisboa.

Esta é uma área que cai sob a alçada da vereação do Bloco de Esquerda na CML, onde se ensaia uma nova estratégia de resposta às PSSA. Porém, a pandemia veio obrigar a uma resposta de urgência que tem mobilizado muita gente através da Resposta Solidária, uma rede de voluntários criada para responder à pandemia e que conta com mais de 1000 inscrições.

"Preparávamo-nos para implementar o I Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem Abrigo 2019-2023, através da mobilização de uma rede de respostas multidimensional. Foi neste quadro que surgiu a pandemia do novo coronavírus e a urgência de retirar as pessoas da rua tornou-se o objetivo principal. São uma população vulnerável com comorbilidades resultantes de viverem na rua e com pouco contacto com o sistema de saúde. A quem já estava a viver na rua juntaram-se muitas outras que foram despedidas de empregos precários que lhes permitiam pagar um quarto e que foram postas na rua.", explica Dina Nunes, assessora do gabinete da vereação do Bloco que tem acompanhado esta área.

UM DIREITO DESIGUAL?

"Esta paz sanitária que se procura com as medidas profiláticas, as campanhas de vigilância individual dos comportamentos, determinam bem os limites de quem pode correr, ou não, o risco. O direito à saúde e aos cuidados preventivos não é igual para todas as pessoas", avisa a Patrícia. De facto, a pandemia não abrandou só a economia das praças financeiras. Aqueles que vivem de biscates, trabalhos informais, ou do dinheiro que conseguem fazer na rua, viram-se sem rendimento, pondo em causa a sua subsistência. Também estas pessoas precisam de uma resposta, tanto nos centros de abrigo abertos entretanto, como nas cantinas escolares em que a vereação do Bloco trabalhou nos últimos anos e cuja importância é agora reforçada pela crise.

"A CML abriu quatro Centros de Alojamento de Emergência na cidade - o Pavilhão Casal Vistoso, o Pavilhão da Tapadinha, o Clube Nacional de Natação (CNN) e a Casa do Lago. Cada um destes espaços tem uma população alvo, sendo a Casa do Lago uma resposta apenas para mulheres em situação de sem abrigo - cerca de 10% das pessoas que vivem na rua, mas representando o grupo mais vulnerável. Enquanto a Tapadinha e o CNN se dirigem apenas a homens, o Casal Vistoso aloja homens, casais, mulheres e pessoas com animais de estimação. Estes equipamentos dão uma resposta de alojamento 24h a cerca de 220 pessoas. São espaços seguros que garantem um conjunto de serviços. Neles as pessoas acedem diariamente a uma triagem de sintomas da COVID, condições para a sua higiene pessoal, roupa limpa, dormida e quatro refeições", informa a Dina.

A Patrícia tem feito turnos de 8h nos centros de abrigo e considera que "o exercício do voluntariado não é muito diferente do exercício de militância política na era pré covid (como quem diz há dois meses atrás). Os dias não passaram a ter mais horas, nem este tempo de "suspensão social" significa uma pausa."

Encarando as pessoas como sujeitos de direitos e não como objetos de assitencialismo, a resposta no terreno tem de visar o seu bem-estar físico e psicológico: acesso a consultas de psiquiatria, distribuição de metadona e consumo vigiado de drogas injetáveis, troca de seringas, rastreio da tuberculose, etc. Estes são alguns exemplos dados pela Dina que ilustram uma resposta de urgência que não esquece o objetivo de integração social, profissional e habitacional, com base na capacitação e no desenvolvimento individual objetivadas para o futuro. A Patrícia acrescenta que "exige-se agora outro sentido de solidariedade social e política, bem como a capacidade de reinventar formas de exigir a democracia para quem neste momento foi expulso do seu quotidiano já precário."

TIRAR AS PESSOAS DA RUA

A Dina acredita que "com base na experiência de mais de um mês a gerir estes Centros, é possível tirar as pessoas da rua. Implica a reorientação das políticas públicas (habitação, saúde, emprego, formação profissional, educação, capacitação, proteção social, etc.), no sentido de proporcionar todos os recursos necessários à concretização dos planos individuais de integração construídos com as pessoas. A fase seguinte é continuar a implementação do I Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem Abrigo. As respostas passarão por um significativo reforço de programas como o *Housing First*". Ainda este mês foram aprovadas na CML mais 100 casas para este programa.

A crise pandémica implica novos desafios, mas também trouxe de volta para a agenda política debates já em curso. "Uma companheira disse-me numa conversa: 'Parem de dizer que isto é uma guerra, isto é uma batalha pelos cuidados'. Esta experiência enquanto voluntária num centro de acolhimento para pessoas em situação de sem abrigo, em Lisboa, consubstancia ideias fundamentais para reconstruir uma sociedade que falha no fundamental. Ninguém, mesmo a ninguém, se nega o fundamental: paz, pão, habitação, saúde, educação", conclui a Patrícia.

Mafalda Escada é ativista estudantil

DEBATE

USAR O COVID PARA REPETIR A AUSTERIDADE?

FRANCISCO LOUÇÃ

Uma corrente política, Convergência, propôs duas de medidas de austeridade, num texto tornado público em finais de março. São elas, citadas na íntegra:

1) "Garantia do pagamento dos salários a todos os trabalhadores das empresas que, por medidas de segurança, foram fechadas, não podendo, em qualquer caso, a remuneração ser inferior o salário mínimo nacional";

2) "Taxação solidária da parte que exceda os 2500 euros por mês nas pensões dos vários sistemas, durante período limitado, para reforço da capacidade da segurança social".

São duas ideias prejudiciais a quem vive do seu trabalho. Num caso, esta corrente corrigiu a sua posição, no outra não o fez. Vejamos por ordem.

O SALÁRIO NAS EMPRESAS EM QUARENTENA DEVE SER 635 EUROS?

A primeira proposta afirma que, nas empresas fechadas por ordem pública, o salário não pode "ser inferior ao salário mínimo nacional", ou 635 euros.

Receber pelo menos o SMN é já hoje a regra para quem trabalha em horário completo. Aliás, quando o governo impôs a norma do lay off, cortando um terço dos salários de quem tem que ficar em casa, garantiu que o salário não baixaria desse limite. Ou seja, de acordo com a regra governamental do lay off, quem tem até 962 euros (635/0,66=962) fica com o SMN, quem está acima desse valor também perde um terço mas recebe algo mais do que o SMN (exemplo, quem tinha um salário de 1200 euros fica com 800). Foi para contrariar esta lei que propus, com Ricardo Cabral, um plano para garantir o pagamento integral dos salários em março e abril.

A proposta da Convergência era pior do que a do governo. Propunha para todos os assalariados dessas empresas uma única regra, que não poderiam receber menos do que o SMN, o que significa em bom português que todos poderiam vir a receber esses 635 euros. No entanto, num texto de abril, há uma correcção, com a proposta de "garantia do pagamento integral dos salários e a proibição dos despedimentos", o que o Bloco defende desde sempre. Abandonam portanto a ideia de aceitar a redução dos salários para o SMN e alinharam-se com o Bloco. Bom sinal.

AS PENSÕES ACIMA DE 2500 EUROS DEVEM SER CORTADAS?

A segunda proposta de austeridade, a que determinava a "taxação solidária da parte que exceda os 2500 euros por mês nas pensões dos vários sistemas, durante período limitado", não foi corrigida. Os seus promotores defenderam-na aliás com unhas e dentes, argumentando que é assim a luta de classes (os reformados pobres tirariam aos que têm pensões contributivas de mais de 2500). Vejamos então.

A proposta não diz nada sobre o que é a "taxação solidária", embora pareça sugerir que é a confiscação do montante acima de 2500 euros. Nos "vários sistemas" quer dizer no regime da Caixa Geral de Aposentações (funcionários públicos) e Segurança Social. Nestes sistemas há menos de cinco mil pessoas nessas condições, são sobretudo militares e juízes. E há quatro perguntas a fazer sobre esta ideia:

1) **Para que serve a medida?** Para financiar a segurança social, dizem os autores. Façamos contas: se todo o valor acima de 2500 euros for todo confiscado, isso rende ao Estado cerca de 70 milhões de euros; se a taxa for 10%, 7 milhões. Estamos a falar de um total de 0,0035% do PIB, se admitirmos que os autores a queriam manter até maio de 2021.

2) **É constitucional cortar pensões contributivas?** Um dos autores da proposta achava que não há uns anos, votou contra esses cortes e até assinou a carta ao Tribunal Constitucional, como toda a esquerda o fez, pedindo a inconstitucionalização de medida semelhante, embora menos grave, adoptada pelo PSD e CDS com a troika. Agora mudou de opinião. Ora, em diversas circunstâncias, o Tribunal decidiu que o princípio da confiança é soberano: quem descontou segundo a lei é pago segundo a lei. Tem razão. Não há nenhum favor do Estado ao pagar as pensões de quem contribuiu.

3) **A medida é inteligente?** Tomar uma medida específica para atingir os militares e os juízes tem consequências e nem sei se os promotores da ideia se lembraram delas.

4) **Há uma razão para a esquerda sempre se ter oposto a estes cortes de pensões?** Sim, é que no dia em que se começarem a cortar estas pensões, os trabalhadores com melhores salários procurarão passar para sistemas privados. É o modelo do plafonamento (só se desconta sobre uma parte do ordenado para a segurança social pública, neste caso 2500 euros, recebendo depois uma pensão limitada, e o resto vai para a finança). De há muito que os neoliberais querem uma solução deste tipo. E tem sido recusada pelos defensores do modelo público, porque cria insegurança e injustiça, além de arruinar as contas da segurança social pública.

Os defensores desta proposta alegam ainda que se trata de atingir os reformados de luxo, como Jardim Gonçalves (embora não rejeitem que atingem também todos os que têm pensões contributivas). No seu texto de abril, sem voltarem a propor a tal "taxa solidária", a que não se voltam a referir, citam o exemplo de Gonçalves e dizem, sem explicar como, que deve haver um "corte nos lucros, fortunas e altos rendimentos", certamente uma boa ideia. O problema é que não se sabe se a "taxa" sobreviveu a estas divagações.

Se sobreviveu, há uma dificuldade. É que essas pensões milionárias não são pagas pelo Estado, não são um"sistema", são contratos privados, no caso entre o BCP e Gonçalves. O tribunal, perante a queixa de uma das partes que queira invalidar ou alterar o contrato, pode deliberar sobre ele – e só o tribunal. No caso concreto, a pensão é de 175 mil euros mensais e o tribunal cortou-a recentemente em dois terços (a decisão está em recurso). O parlamento ou o governo não a podem cortar, o tribunal pode. Bem sei que no Facebook é muito popular fingir que uma lei dava cabo disto num ápice e que são os malandros dos deputados de esquerda que querem proteger a pensão que o BCP paga ao banqueiro, é o velho jogo populista. É fácil mas não é verdade.

É certo que se pode impor uma "taxação solidária" por via do IRS a todas as tais pensões. É a única forma possível. Mas é mesmo essa a proposta da Convergência? Uma taxa especial de IRS só para reformados? É que a taxa não pode ser só para uma pessoa, o Jardim Gonçalves, tem que ser para toda a categoria de rendimentos. Como aliás os autores propõem: toda a reformada que tenha mais de 2500 perde essa parte da sua pensão. Então teremos um IRS em que quem ganha outros rendimentos paga o seu imposto progressivo, mas algumas das pessoas que descontaram ao longo da vida (não é o caso do Gonçalves) têm uma taxa especial e ficam sem uma parte daquilo a que a lei lhes dá direito. Não é difícil de adivinhar o que diria o Tribunal Constitucional desta manigância. Mas é certamente fácil saber o que diz a esquerda destes truques de austeridade.

BRASIL: AFASTAR BOLSONARO É UMA QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA

LUÍS LEIRIA

Não se sabe exatamente o que levou o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, a desvalorizar a gravidade da pandemia do novo coronavírus (é uma "gripezinha", disse) e a defender o fim do isolamento social e o regresso ao trabalho, argumentando que a cura (as medidas de contenção) iria ser pior que a doença, por causa da recessão provocada.

Teve muitas hesitações e ziguezagues, é certo. Um dia parecia que levava a pandemia a sério e aparecia numa conferência de imprensa, rodeado dos seus ministros, todos usando máscara; poucos dias depois ia a uma manifestação de seus defensores raivosos e apertava mãos e tirava selfies, sem máscara nem qualquer distanciamento.

Mas a decisão de demitir o seu ministro da Saúde, Luiz Mandetta, que levava a sério as recomendações da OMS, significou para Bolsonaro o cruzar do Rubicão. A partir desse momento, o presidente da República do Brasil só dá ouvidos ao "gabinete do ódio". Este grupo informal é composto pelos três filhos do presidente e alguns assessores e tem uma obsessão: para manter mobilizada a base de fanáticos defensores do presidente, é preciso encontrar um alvo. Alguém para odiar e responsabilizar pelo que vai de mal no país. O "gabinete do ódio" sabe que essa arma não foi feita para ter maioria; o seu objetivo, porém, não é esse. É ter uma minoria aguerrida, que se mantenha por volta dos 30%. Acontece que ter uma política dirigida a uma minoria e querer governar dessa forma um país continental em tempos de catástrofe nacional e mundial só pode dar maus resultados.

NEGACIONISMO SANITÁRIO

O desdém em relação à Covid-19 provocou um isolamento político em níveis inéditos. Bolsonaro perdeu o apoio de uma grande parte dos deputados do partido que o elegeu, o PSL. Perdeu o diálogo com a Câmara dos Deputados e com o Senado. Viu-se tolhido pelo Supremo Tribunal Federal sempre que ensaiou tomar medidas contra o isolamento social como forma de combater o Covid-19. Quem decretou, com mais ou menos rigor, as medidas de contenção ao avanço da epidemia foram os governadores dos Estados. Resultado: Bolsonaro entrou em conflito com eles, incluindo os dos dois Estados mais importantes, S. Paulo e Rio de Janeiro, que tinham sido eleitos na onda bolsonarista.

Em termos internacionais, o isolamento foi mais humilhante ainda. O grande aliado Donald Trump percebeu que a Covid-19 não é uma "gripezinha" e, numa pirueta, passou a apresentar-se como o paladino do combate à doença. Bolsonaro foi apanhado no contrapé e já não conseguiu acompanhá-lo. Assim, o presidente do Brasil, no negacionismo ao novo coronavírus, só tem a companhia dos presidentes da Bielorrússia, do Turcomenistão e da Nicarágua.

NEM UM NOVO PARTIDO CONSEGUE FORMAR

Quando saiu do PSL, Bolsonaro anunciou que legalizaria um novo partido em pouco tempo usando um aplicativo de telemóvel. Não deu certo, e o novo partido permanece num limbo em parte incerta.

Que lhe resta? Os militares. Pelo menos é para eles que Bolsonaro se vira, diante da evidente impotência a que foi remetido. O "gabinete do ódio" achou a saída genial: lutar pelo regresso ao trabalho, reabertura do comércio, das escolas, deixando em confinamento apenas os grupos de risco, isto é, os idosos e os doentes crónicos. E apelar à intervenção militar para remover do caminho do presidente todos os empecilhos, nomeadamente o Legislativo e o Judiciário. Desta forma, "o povo", representado por Bolsonaro, chegaria ao poder.

Os militares, sabe-se, não são um corpo homogéneo. Nem sequer os que Bolsonaro chamou para o seu governo. O general Augusto Heleno, ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), por exemplo, é apontado como um adepto do "gabinete do ódio". Já o ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, um general da ativa e não de pijama, como Heleno, é tido como mais moderado e responsável. Pois foi ele mesmo que respondeu aos apelos dos bolsonaristas, rejeitando-os. Em comunicado oficial, o Ministério da Defesa afirmou que as Forças Armadas trabalham com o propósito de "manter a paz e a estabilidade do país", obedecendo à Constituição Federal.

Ao contrário do que defende o "gabinete do ódio", a Defesa afirma que o momento exige "entendimento e esforço de todos os brasileiros", pois "nenhum país estava preparado para uma pandemia como a que estamos vivendo". O comunicado termina com o compromisso das Forças armadas de combater "um inimigo comum a todos: o coronavírus e suas consequências sociais".

Francamente, parecia muito difícil que os militares se lançassem numa aventura autoritária para resolver os problemas de um presidente incapaz de criar o seu próprio partido, quanto mais de governar o país.

E entretanto, a contabilidade macabra continua a subir. No dia em que este artigo foi escrito, o Brasil contabilizava 40.581 casos de Covid-19 confirmados e 2.575 mortes. A letalidade é de 6,3%, quase o dobro da de Portugal. Mas sabe-se que os números oficiais estão muito abaixo da realidade, porque fazem-se pouquíssimos testes e mesmo estes chegam a demorar 20 dias para ter o resultado. Afastar Bolsonaro do poder passou a ser uma questão de saúde pública.

Luís Leiria é jornalista.

LIVROS QUE SÃO LOBOS SOLITÁRIOS

ANA BÁRBARA PEDROSA

Hoje, excepcionalmente, podem chamar-me Ishmael. Há uns anos – não importa quantos –, com pouco dinheiro no bolso e nada que me interessasse em terra firme, sentei-me no sofá com um impulso fervilhante. Era a forma que tinha de espantar a melancolia e regular a circulação do sangue. Sempre que me angustiava, sempre que a hipocondria levava a melhor sobre mim, sabia que estava na hora de me fazer à leitura o mais depressa possível.

Afinal, o tempo importa: foi há quinze anos que conheci Ahab. Ao leme do Pequod, ali estava ele, ao longo de mais de mil páginas, dentro do seu casulo a obcecar com Moby Dick. O cachalote, claro, seguia a sua vida como assim tinha de ser, lançava-se pela água como era o seu destino. Talvez encontrasse paz no fundo do mar, o problema era haver aquele homem à tona que queria vingar-se pelo bocado de carne que lhe arrancara de uma perna.

Hoje é quase impensável pensar que aquele romance pode ter sido escrito, e na altura também foi. Publicado, foi um falhanço durante muitos anos, só foi aclamado após a morte de Melville, no século XXI.

Ao lê-lo hoje, contudo, interessa a obsessão como destino, ver como um mundo que parece confinado se acende na importância dada ao que Ahab escolheu como pulsão.

Haverá um dia em que o covid chegará em bruto à literatura como chegou às nossas vidas. Afinal, o isolamento social e psicológico é um tema recorrente na arte e as ameaças externas também fascinaram muita gente. Da distopia à ficção científica e ao existencialismo, o tema não só não se esgota como ainda enche prateleiras.

Se a falta de alguém também fez com que se gastasse e mastigasse o Romantismo, também não será de somenos relembrar que, para alguns, o inferno são os outros. Sartre escreveu-o em 1944 e a frase vincou-se na memória da história da literatura como se vincara a apresentação de Ishmael, único sobrevivendo da tripulação do Pequod.

A peça "Huis Clos" mostra-nos uma vida pós-morte em que três personagens chegam ao inferno. Nada de fogos ou diabos, o inferno é um quarto fechado onde os três, isolados, se vêem forçados à companhia uns dos outros. O trio é um conjunto de personagens formidável: Garcin, um escritor que quisera ser herói, mas cuja pretensão de heroísmo foi ultrapassada pela sua cobardia; Estelle, que foge da culpa de ter assassinado o bebé que teve com o amante; Inês, violenta, que procura o sofrimento alheio.

Três humanos têm assim esta visão do inferno: confinados numa sala, são o que os outros vêem. Inês tenta seduzir Estelle, que quer Garcin. A primeira tenta pôr um contra o outro, exibindo as suas falhas. Estelle tenta matar Inês, que ri por já estar morta. A vingança de Garcin é amar uma em frente à outra.

Ali, o inferno não é apenas o estado de isolamento, é não haver para onde fugir. E é não haver isolamento no seu estado absoluto, havendo a imagem de outros, e havendo a imagem de outros sobre os próprios. Neste cenário, não há escapatória: o inferno são os outros.

Sendo o inferno o que falta e o que resta, a vida será ali pouco mais do que a gaiola de pássaros de asas feridas. Com as mesmas asas inúteis se terão sentido os três homens confinados a uma cela na Cidade do México que José Revueltas, em 1969, descreveu com pleno horror a partir da sua própria cela na prisão de Lecumberri. Ali metidos como pacotes, os homens revezam-se para enfiarem a cabeça por uma portinhola. Procuram não apenas que o oxigénio lhes corra no sangue, respondendo ao seu impulso biológico, mas também seguir a pulsão do exterior, numa massa de anseios que os tortura. Afinal, esperam sem saber pelo quê ou até quando. O autor mexicano acompanha o devaneio do horror do quotidiano em "A gaiola" com traços de oralidade e ominipresença de um confinamento sufocante.

Se eu sou Ishmael, se o inferno são os outros, se uma asa ferida dói mais quando a porta da gaiola está fechada, talvez o paraíso possa ser uma ilha ao sol. Ali foi parar Robinson Crusoe, levado por Daniel Defoe em 1719. Sem mais, Crusoe por ali ficou, só perante o que lhe era estranho, durante 28 anos. Antes de ser resgatado, encontrou canibais e cativos. O livro, que foi ainda o primeiro romance-folhetim, foi buscar inspiração ao naufrágio de Alexander Selkirk, escocês que viveu durante quatro anos numa ilha do Pacífico.

Em diferentes épocas e com diferentes cenários, os escritores puseram a solidão nos centros das narrativas, pondo em perspectiva não apenas o conceito abstracto de solidão, mas também a crueza de alguém a sós. Com o alcance de fazer alguém chegar ao outro, a literatura abriu portas, forjou um caminho à mão. Com a experiência de um confinamento colectivo como novidade de quase absoluta, os passos que vierem terão de ser inaugurais.

CONTACTOS
email **redeanticapitalista@gmail.com**
facebook.com/ **redeanticapitalista**
web **www.redeanticapitalista.net**